

Uma interpretação evangélica da hermenêutica filosófica: em favor da criaturidade

An evangelical interpretation of philosophical hermeneutics: for the sake of criaturity

Una interpretación evangélica de la hermenéutica filosófica: en favor del creaturidad

Tiago de Melo Novais*

SMITH, James K. A. **A queda da interpretação**: fundamentos filosóficos para uma hermenêutica criacional. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021, 334 p.

Introdução

Na presente resenha, irei apresentar e analisar criticamente o texto intitulado “A queda da interpretação”, no qual o autor, filósofo e teólogo canadense, trata da questão da mediação ou imediação do acesso à realidade, bem como do conhecimento humano derivado da interpretação mediata ou imediata do mundo. Para isso, irei utilizar a mesma ordem disposta pelo autor, que consiste em três partes. A primeira discute a questão teológica da queda no pecado como início da necessidade hermenêutica; a segunda discute as concepções filosóficas que compreendem a hermenêutica como inerente do ser humano, mas, ao mesmo tempo, violenta no sentido epistemológico; a terceira propõe uma “hermenêutica criacional”, na qual o autor oferece um

* Mestre em Ciências da Religião (PUC-Campinas) e doutorado em Ciências da Religião (UMESP). Email: tiago-melo@hotmail.com.br.

modelo que entende a hermenêutica como parte da pluralidade da criação de Deus e da condição de finitude humana.

A queda da hermenêutica: uma perspectiva evangelical da hermenêutica

Na primeira parte de seu livro, Smith tem como objetivo colocar em debate o surgimento da hermenêutica, sua natureza e finalidade. O autor descreve o empreendimento como uma “interpretação da interpretação”, de modo que seu texto se aproxima mais de uma exploração sobre a filosofia implicada na noção de hermenêutica e menos em descrições sobre as diferentes interpretações da interpretação. Isto é, o autor busca investigar a razão pela qual possuímos e necessitamos da interpretação para obtermos o conhecimento da realidade, tendo em vista que a hermenêutica é tradicionalmente compreendida como um fenômeno pós-lapsariano, que sucede um período de pureza e acesso imediato à realidade.

A primeira crítica formulada por Smith é direcionada ao contexto da teologia evangélica contemporânea na América do Norte, especialmente no pensamento de Rex Koivisto e Richard Lints. Ainda que guardem diferenças em suas propostas teológicas, ambos consideram que a hermenêutica origina-se da queda no pecado, gerando, por consequência, um objetivo redentivo para a interpretação.

Entretanto, para Koivisto e Lints, a hermenêutica representa não só um decaimento da imediação com Deus e com a realidade no contexto pré-queda, mas também uma distorção da revelação bíblica no contexto pós-queda. Assim, pode-se dizer que os autores guardam uma concepção negativa da hermenêutica, tanto de sua origem, quanto de sua natureza e finalidade. Para solucionar o problema da hermenêutica, os autores sugerem um tipo de “imedição presente”, como define Smith. Isto é, supõe-se que, embora hajam dificuldades na interpretação da realidade e da Bíblia, há também uma saída que possibilita a imedição ainda nesta era (em contraste com a noção cristã de uma era pós escatológica), a saber, uma iluminação espiritual derivada do poder do Espírito Santo, cujo trabalho significará uma restauração de um paraíso a-hermenêutico, por assim dizer. Em resumo, pode-se dizer que ambas propostas evangelicais trabalham com uma ínfima capacidade de balizar os elementos que condicionam a interpretação, sobretudo da Bíblia, afirmando uma ultrapassagem da própria interpretação ainda no tempo presente.

Além dessa, Smith realiza uma segunda crítica, desta vez à noção de “imedição escatológica”. Para ele, os pensadores que podem representar a ideia são Wolfhart Pannenberg, Hans-Georg Gadamer e Jürgen Habermas. É preciso notar que exceto Pannenberg, os nomes acima não são de teólogos, significando que os termos “pós-lapsariano” e “escatológico”, por exemplo, são atribuídos às suas ideias somente de forma simbólica. Irei reunir os três pensadores em um só bloco conceitual, cujas principais ideias serão apresentadas a seguir.

Primeiro, os três autores enfatizam que todo conhecimento é provisório por ter sido concebido por seres finitos, que estão situados em um momento histórico e estão condicionados por um contexto social, invariavelmente. Isso, por óbvio, não é uma informação diferente do que se pode ter em livros básicos da filosofia hermenêutica, no entanto, o que se tem por novidade no texto de Smith é a percepção de que os autores supõem que a provisionalidade vinda da finitude humana como algo a ser superado. Isto é, ao invés de uma concepção positiva acerca da finitude e suas implicações para o conhecimento plural da realidade, os autores enxergam nela uma debilidade original, que em linguagem teológica se traduz na ideia de queda. Por isso, até mesmo Gadamer e Habermas são entendidos como defensores de uma “queda da interpretação”.

Segundo, os autores reconhecem que não há como se esquivar da hermenêutica enquanto a finitude for a condição inescapável da humanidade. Ainda que a provisionalidade do conhecimento resulte em uma pluralidade de visões de mundo, o que, por certo, também resulta em dificuldades para um chão comum na vida em sociedade, Pannenberg, Gadamer e Habermas mantêm uma forte convicção da ubiquidade (onipresença) da hermenêutica. Dito de outro modo, não importam quais são as consequências e potenciais problemas do ato de interpretar, ele sempre será parte da forma humana de se aproximar da realidade.

Terceiro, à semelhança dos teólogos evangélicos, os autores desejam uma realização escatológica que viabiliza a imedição do conhecimento, mas no lugar de uma “imedição presente” (ainda no tempo presente), cada um dos pensadores apresentam seus entendimentos do tempo escatológico, o qual pode se dar cronologicamente, num futuro ainda desconhecido, ou kairológicamente, num tempo oportuno – em certas oportunidades. Ou seja, Smith expõe a percepção de que para Pannenberg, Gadamer e Habermas, a interpretação é um tipo de maldição que só pode oferecer uma visão

obscurecida da realidade, cuja ultrapassagem é sinônima de uma “fusão de horizontes” em que a hermenêutica não terá utilidade. Por se tratar de uma expectativa futura, ainda que imanente e realizada pelo ser humano (no caso de Gadamer e Habermas), Smith chama o desejo por imediação de “realização escatológica”.

A hermenêutica da queda: a interpretação estruturalmente violenta

Na segunda parte do livro, Smith seleciona os autores Martin Heidegger e Jacques Derrida para argumentar que ambos compreendem a ubiquidade da hermenêutica advinda da finitude e situacionalidade humana, mas entendem que o próprio ato de interpretar está imbuído de uma certa violência epistemológica e intersubjetiva, resultando na ontologização da “queda”. Diferentemente dos autores anteriores, Heidegger e Derrida não guardam um desejo pela não mediação escatológica e nem partem do pressuposto de um paraíso hermenêutico pré-lapsariano. Assim, a “queda” descrita por Smith e atribuída a esses autores significa, na verdade, a própria finitude.

Para explicar a razão pela qual a interpretação possui uma estrutura necessariamente violenta (decaída), o autor recorre ao âmbito da antropologia e da intersubjetividade humana. Smith argumenta que para Heidegger, as relações que possuímos com os outros é sinônimo da violação de nosso ser, uma vez que o *Dasein* de alguém é absorvido pela convivência com os outros, conformando-se à imagem deles. Assim, qualquer processo relacional funciona como um tipo de “ditadura do eles” que impede o eu autêntico de revelar-se e desprender-se da impropriedade em que o *Dasein* é lançado na relação com outros. Com efeito, a interpretação das coisas está sujeita a tal conflito existencial das relações intersubjetivas, isto é, há estrutura que se mostra decaída em todas as relações humanas, as quais são “constituídas por uma violência e uma dominação primitivas” (SMITH, 2021, p. 154). Portanto, algumas características da hermenêutica de Heidegger, como a situacionalidade (ser sempre situado historicamente), o espaçamento (espaço entre os seres em relação) e a tradicionalidade (transmissão de possibilidades de interpretação), estão carregadas deste aspecto conflituoso da intersubjetividade. Na linguagem, a comunicação e interpretação são partes constitutivas da violência.

Em Derrida, a hermenêutica é um tópico absolutamente central, que existe desde o “princípio”. Assim, o filósofo está a oposição a quase toda a

tradição ocidental, considerada por ele como “logocêntrica” por não observar a necessidade da mediação hermenêutica fora do texto escrito. Para ele, a origem da linguagem (no “texto” das relações intersubjetivas) é o *locus* da hermenêutica. Contudo, assim como Heidegger, Derrida também suspeita da possibilidade da comunicação *sans courrier* (sem correio/ intermediários) que é precedida pelo conflito violento intrínseco das relações intersubjetivas¹. Com isso, não só a hermenêutica, mas também o eu que interpreta, estão condicionados por uma violabilidade, pois estar com outros implica, necessariamente, em nomear e ser nomeado – atos de corrupção que reduzem o eu e o outro a objetos, classificados por alguém externo/estranho. Por essa razão, a própria estrutura da comunicação (e a interpretação) não possibilita a pureza do significado. Apesar de recorrer a Derrida para corrigir mal entendidos hermenêuticos nos autores dos capítulos contidos na primeira e segunda parte do livro, Smith afirma que o “mito da violência intersubjetiva essencial” derridiana conduz a desvalorização do ser humano, ao postular um individualismo em que o “estar com” conduzirá, sempre, à violência, ao invés da condução à “comunidade” como espaço do amor.

Uma hermenêutica criacional

Na última parte da obra, Smith apresenta sua proposta hermenêutica “agostiniana”, que resume-se no termo “hermenêutica criacional”. Grosso modo, a ideia do autor concentra-se na reafirmação da hermenêutica como aspecto constituinte da humanidade (à semelhança de Derrida e Heidegger), entendida por ele como estruturalmente boa e plural, sem a possibilidade de ser superada, mesmo em um futuro escatológico.

Em sua perspectiva, a hermenêutica deve, primeiro, reconhecer a queda como um tipo de incidente, isto é, deve ser vista como não-natural e, portanto, não coincidente com a criaturidade humana. Nas palavras do autor, a queda é “histórica, em vez de ontológica; acidental, em vez de essencial ou constitutiva; e ubíqua, em vez de absoluta ou total” (SMITH, 2021, p. 214). Resulta disso que a hermenêutica não pode ser um fenômeno pós-lapsariano. Desse modo, a noção de *bondade da criação* – da “existência física, temporal e corporal” – é fundamental (SMITH, 2021, p. 215).

¹ Um dos mentores de Derrida foi Emmanuel Levinas, para quem a violência é constitutiva das relações intersubjetivas devido à inevitável transformação do *outro* em objeto da compreensão do *um*, o qual não reconhece a infinita alteridade que não permite a apreensão do outro.

Todavia, para localizar Agostinho nesta discussão, o qual é conhecido pela influência neoplatônica, Smith argumenta em favor de uma leitura desconstrutiva do teólogo católico². Na verdade, o autor realiza a desconstrução e reconstrução de um *outro* Agostinho: “uma desconstrução do *neoplatonismo* de Agostinho em nome de seu *cristianismo*” (SMITH, 2021, p. 213). À vista disso, Smith resgata a idéia agostiniana de que a sucessão temporal experimentada pelo ser humano finito, que é pressuposta na estrutura da linguagem, é uma parte integrante da criaturidade humana pré-queda. Dito de outra forma, a hermenêutica reside na inevitável mediação linguística das relações humanas. Assim, ainda que de forma contraditória Agostinho afirme que a temporalidade é uma deficiência da criação – que sofre mutações tão logo que a alma humana passa a estar sujeita ao tempo e espaço em um corpo físico –, Smith defende que a hermenêutica agostiniana assume que a interpretação é (a) *criacional*, (b) inevitável à estrutura linguística humana, mas que é (c) *afetada* pela queda – e não é o seu *produto*. Smith afirma: “o resultado é uma compreensão do status da interpretação como uma tarefa “criacional” — uma tarefa constitutiva da finitude e, portanto, não um “trabalho” a ser evitado ou superado” (SMITH, 2021, p. 229).

Por consequência, a hermenêutica criacional não possui a expectativa da restauração ou instauração da imediação, o que faz da interpretação um trabalho sempre parcial, submetido constantemente à revisão, contendo pluralidade no processo hermenêutico dentro de certo contexto ou comunidade interpretativa. É aqui que a interpretação bíblica ganha seu espaço: a Igreja em suas expressões históricas são responsáveis por definir os consensos mínimos que funcionam dentro dos contextos das comunidades de fé.

Recorrendo novamente a Derrida, Smith afirma que qualquer texto escrito (a Bíblia inclusa, apesar de sua distinção como palavra de Deus) ou falado está sujeito à pluralidade de sentidos devido à própria possibilidade de ser entendido por alguém que não seja o seu signatário. Em razão de ser formulado de uma maneira discernível por *outro*, também pode ser interpretado diferentemente e pode ser descontextualizado da comunicação originalmente pretendida. Assim, em casos de textos antigos e de autoria

² Embora use Derrida para conceituar sua desconstrução, Smith faz referência a Abraham Kuyper: “estou recorrendo a uma leitura de Agostinho conforme aceita pela tradição neocalvinista, como segue Abraham Kuyper em sua reinterpretação de João Calvino: uma reinterpretação (essa seria minha sugestão) que é, de fato, uma demitologização, uma leitura de Calvino contra Calvino como um modo de desconstruir certo *calvinismo*” (SMITH, 2021, p. 215).

incerta, como o texto bíblico, o sentido é sempre passível de interpretação, o qual ocorre dentro da determinação de um contexto. Seguindo Derrida, que afirma que “existem apenas contextos” (SMITH, 2021, p. 307), Smith afirma, portanto, que a interpretação bíblica é uma tarefa da tradição da Igreja, a qual ocupa o espaço de contexto interpretativo. Ademais, sua influência carismática contribui para que Smith afirme que o Espírito Santo trabalha como uma extensão do contexto da Igreja. Com isso, a hermenêutica criacional de Smith se afasta do relativismo hermenêutico, mas aproxima-se da necessidade contextual de interpretação da linguagem humana.

Considerações finais

Para concluir, gostaria de oferecer dois breves apontamentos sobre a obra aqui analisada, especialmente com o intuito de explorar novas possibilidades e impossibilidades sobre o que foi posto pelo autor. Primeiro, a obra pode ser considerada como um novo fôlego para a hermenêutica de recorte evangélico. Embora o autor discorde dos teólogos evangélicos apresentados na primeira parte, Smith mantém algumas preocupações distintamente evangélicas: a reafirmação da noção judaico-cristã de “boa criação”, dos efeitos noéticos da “queda no pecado”, bem como a presença do Espírito Santo no ato de interpretar a Bíblia *como* palavra de Deus. Com isso, pode-se dizer que Smith escreve uma obra aberta às discussões mais atuais e complexas da hermenêutica à luz de uma teologia evangélica não-monista. Por fim, ressalto que a sua argumentação sobre o que constituiria uma “boa interpretação” bíblica é vaga e não parece satisfatória, pois a lógica do argumento não é capaz de ir mais adiante do que a simples afirmação de que a Bíblia deve ser interpretada segundo a tradição da igreja como contexto interpretativo. Isto é, Smith não dá conta de explicar como sua proposta lidaria com tradições eclesiais que divergem das confissões historicamente aceitas.

Segundo, de forma coerente com a obra em geral que enfatiza a pluralidade da hermenêutica, observamos que a leitura alternativa que Smith faz de Agostinho pode possibilitar um diálogo com outras correntes de pensamento, sobretudo contemporâneas, para as quais o Agostinho de tendência neoplatônica não teria espaço nas discussões hermenêuticas e fenomenológicas – como fez ao colocar as ideias de Agostinho ao lado das ideias de Derrida, por exemplo. Portanto, considero que a obra contém discussões pertinentes e uma proposta digna de nossa atenção na academia brasileira na área de Teologia e Ciências da Religião.

Referência

SMITH, James K. A. **A queda da interpretação:** fundamentos filosóficos para uma hermenêutica criacional. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.